



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 19**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA VINTE DE**  
**SETEMBRO DE DOIS MIL E**  
**DEZASSETE.** -----

----- Aos vinete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires**, e **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Vereador João Filipe Chaveiro Libório**, por se encontrar doente. -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** O senhor **Presidente da Câmara** informou que o **Senhor Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras**, eleito pela **CDU - Coligação Democrática Unitária**, solicitou a renúncia do seu mandato.-----

Nos termos do nº. 4 Do artigo 76 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção aplicável por força de remissão do nº. 7 do artigo 77 da mesma lei, foi convocado o respectivo substituto na ordem da respectiva lista, **Pedro Duarte Ventura Fortio** que após a verificação da sua identidade e legitimidade, integrou de imediato a **Câmara Municipal** ao abrigo e no cumprimento do disposto no nº. 1 do artigo 59 conjugado com o artigo 79, todos da lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta, não assinou o **Senhor Vereador Pedro Duarte Ventura Fortio** por não ter participado na referida reunião. -----

Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-Deu-se então início à discussão da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o presente pedido de informação prévia refere-se à construção de edifício destinado a habitação no prédio inscrito na matriz sob o artigo 67 da Secção A da Freguesia de Pavia, em nome de **Maria Helena Dias Graça Rodrigues Silva Lopes**, para Construção de edifício destinado a habitação no Ferragial do Curral do Concelho - Artigo 67, Secção A, Pavia. -----

Foram detetadas divergências relativamente à área do prédio designada em projeto e registada na certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial.----

Para além disso, suscitaram-se igualmente dúvidas sobre os seus limites. Após pedido de esclarecimentos, informou a requerente que a área do prédio rústico se encontra desatualizada, pelo que foi requerido ao Serviço de Finanças a sua retificação. Por outro lado, foi igualmente solicitada a junção do prédio urbano inscrito sob o artigo 436, com a área de 40 m<sup>2</sup>, também propriedade da requerente. Desta alteração e atualização, e face ao levantamento topográfico apresentado, constata-se que o prédio registará a área total de 3270,60 m<sup>2</sup>. A requerente submeteu cópia do pedido apresentado no Serviço de Finanças, pelo que, para efeitos de apreciação da proposta, se entende que poderá ser tomada em consideração a realidade futura. No entanto, para formalização de pedido de licenciamento ou comunicação prévia, deverão os documentos estar devidamente atualizados. -----

A pretensão apresentada refere-se à construção de um edifício no interior do prédio, com o alinhamento dos edifícios existentes no Beco Pedro Manuel.-----

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM), designadamente o esquema de ordenamento de Pavia, o local encontra-se abrangido por “Espaços Urbanos Consolidados ou de Preenchimento”, em que as intervenções devem cumprir com o estipulado nos artigos 17.º a 27.º do Regulamento do PDM, especialmente os parâmetros constantes do artigo 27.º, designadamente: -----

- Respeito pelos alinhamentos: A situação preconizada, poderia ter alternativas, se considerado o alinhamento da construção pela Travessa dos Moinhos, onde se implanta a pré-existência que serve atualmente de apoio à horta. No entanto, a proposta justifica a implantação prevista por se tratar da zona mais elevada do terreno, procurando dar continuidade ao alinhamento das construções existentes no Beco Pedro Manuel. Suscitaram-se dúvidas sobre o carácter do beco (público ou privado), vindo a requerente esclarecer que existe iluminação e outras infraestruturas públicas que indiciam a sua natureza como pública. Nesse sentido preconiza-se como acesso pedonal principal; o acesso automóvel será ocasional, garantindo-se alternativa pela Travessa dos Moinhos, através da demolição parcial do edifício existente. -----

Considera-se assim, face às justificações, como uma hipótese viável a solução apresentada. O alargamento do acesso ao Beco, deverá, no entanto, ser devidamente ponderado e analisado, de modo a não colidir com direitos ou interesses de terceiros. -----

- Profundidade máxima da construção inferior a 15 metros. -----

- Cércea máxima das construções de 6,5 metros, não podendo exceder 2 pisos:

A memória descritiva indica como parâmetro máximo os dois pisos; no entanto,

a nível de desenho, o edifício é representado com 1 piso e com cobertura de duas águas. Ainda que o Regulamento do PDM estipule o máximo de 2 pisos, afigura-se mais integrada e consonante com a volumetria dos edifícios no bairro a solução de 1 piso. Para além disso, a cércea e altura do edifício deverão ser definidas no estrito cumprimento dos artigos 58.º e seguintes do RGEU, de modo a garantir-se o arejamento, a iluminação natural no beco confinante (Coelho Lopes). -----

- Índice de ocupação de 0,6: Ainda que só tenha sido quantificada a área de implantação da nova edificação (200 m<sup>2</sup>) estará o índice largamente cumprido, face à área da parcela de terreno. -----

Estarão também cumpridos aos parâmetros relativos ao estacionamento e aos anexos e garagens, constantes dos artigos 24.º e 25.º do Regulamento do PDM. Deverá ainda ser dada alguma atenção à questão do encaminhamento das águas pluviais, tanto no que se refere à cobertura do edifício proposto, como no que concerne ao escoamento a partir do Beco Coelho Lopes, uma vez que a solução atualmente implementada depende de infraestruturas localizadas na área onde se prevê a implantação da construção. Assim, a solução a implementar não deverá inviabilizar o encaminhamento das águas pluviais, devendo ser devidamente ponderada e equacionada com os serviços da Divisão de Obras e Urbanismo. -----

Face ao exposto, e caso seja aceite a implantação na continuidade das construções existentes no Beco Pedro Manuel, nada existirá a opor ao deferimento da pretensão no que não colida com o exposto no presente parecer e desde que o projeto a apresentar dê cumprimento a toda a legislação aplicável. A informação aprovada neste pedido será vinculativa, desde que o pedido de licenciamento

ou comunicação prévia seja apresentado no prazo de um ano após decisão favorável e se mantenham as condições legais vigentes, aplicando-se o previsto no artigo 17º do Decreto-Lei 555/99 de 16/12 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 136/2014 de 09/09.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. -----

----- **Ponto um - dois: PROJECTO DE ARQUITETURA:** Presente o seguinte projeto de arquitetura em nome de **Terraceangle - Investimentos Imobiliários, Lda.**, para construção de muro de vedação no Monte Novo - Artigo 40, Secção G em Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no mesmo. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de seis meses para apresentação do projeto de estabilidade ou termo de responsabilidade a emitir por engenheiro civil que ateste que a operação não carece do mesmo em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.097.975,17 €, dois milhões noventa e**

sete mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos e Dotações não Orçamentais no valor de 17.864,10 € dezassete mil oitocentos e sessenta e quatro euros e dez cêntimos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de 145.553,37€ cento e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e três euros e trinta e sete cêntimos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MORA E O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA GRAÇA, ANO LETIVO 2017/2018:** Presente informação do **Gabinete de Acção Social** informando que à semelhança do ano letivo anterior, propõe-se a aprovação do **Acordo de Colaboração** supramencionado que vigorará durante o presente ano letivo e que diz respeito à colaboração entre a **Câmara Municipal de Mora** e o **Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Graça de Mora** no âmbito da **Educação Pré-Escolar**, designadamente nas **Atividades de Animação e Apoio à Família - vertente de Prolongamento de Horário**.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade enviar o presente **Acordo de Colaboração** com o **Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Graça de Mora** no âmbito da **Educação Pré-Escolar**, designadamente nas **Atividades**

de Animação e Apoio à Família - vertente de Prolongamento de Horário à Assembleia Municipal para deliberação.-----

----- **Ponto cinco - dois: ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MORA E A ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA CASA DE REPOUSO DOS REFORMADOS DE BROTAS - FORNECIMENTO DE REFEI-**

**ÇÕES:** Presente informação do Gabinete de Acção Social informando que face ao encerramento da **Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Brotas** e ao consequente encerramento da **Cantina Escolar de Brotas**, a **Câmara Municipal de Mora** e a **Associação Protectora da Casa de Repouso dos Reformados de Brotas** pretendem, à semelhança do ano lectivo anterior, celebrar um **Acordo de Colaboração** que define o processo de fornecimento de refeições às crianças e adultos afectos ao **Jardim de Infância de Brotas**, com o qual se propõe deliberação em conformidade. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar o presente **Acordo de Colaboração** com a **Associação Protectora da Casa de Repouso dos Reformados de Brotas**, referente ao processo de fornecimento de refeições às crianças e adultos afectos ao **Jardim de Infância de Brotas** à **Assembleia Municipal** para deliberação. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-



